



DIVULGAÇÃO
DE RESULTADOS

2024

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL
SOLAR RIO DO PEIXE II S/A



GRUPO

energisa12





ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2024

Cataguases, 25 de março de 2025 – A Administração da ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2024 e 2023. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários.

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	157	95
Aplicação no mercado aberto	4.2	14.567	81.274
Consumidores e revendedores	5	1.326	-
Tributos a recuperar	6	2.010	2.044
Despesas pagas antecipadamente		163	150
Total Circulante		18.223	83.563
Não circulante			
Créditos tributários	13	-	892
Tributos a recuperar	6	6.033	5.523
		6.033	6.415
Imobilizado	7	149.356	157.322
Direito de uso	8	1.872	1.916
Total do não circulante		157.261	165.653
Total do ativo		175.484	249.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	1.798	2.184
Encargos de dívidas	10	144	980
Empréstimos e Financiamentos	10	2.408	69.064
Impostos e contribuições sociais	11	336	1.944
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	2.902
Obrigações estimadas		311	275
Passivo de arrendamento	14	166	44
Outros passivos	15	173	81
Total do circulante		5.336	77.474
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	52.608	52.472
Impostos e contribuições diferidos	13	57	-
Passivo de arrendamento	14	1.790	1.967
Provisão para desmobilização		2.620	2.620
Total do não circulante		57.075	57.059
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital			
Capital social	16	134.336	51.861
Prejuízos acumulados		(21.263)	(19.653)
Recursos destinados para futuro aumento de capital	12	-	82.475
Total do patrimônio líquido		113.073	114.683
Total do passivo e patrimônio líquido		175.484	249.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	17	16.098	13.066
Custo do serviço de energia elétrica	18	(2.810)	(3.023)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	18	(6.663)	(8.776)
Lucro bruto		6.625	1.267
Despesas gerais e administrativas	18	(1.579)	(760)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		(1.579)	(760)
Receitas financeiras	19	1.858	909
Despesas financeiras	19	(7.565)	(15.211)
Despesas financeiras líquidas		(5.707)	(14.302)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(661)	(13.795)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	(949)	(2.366)
Prejuízo do exercício		(1.610)	(16.161)
Prejuízo por ação ordinária - R\$	20	(0,02)	(0,37)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Prejuízo do exercício		(1.610)	(16.161)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		(1.610)	(16.161)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Recursos destinados para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023		18.000	(3.492)	33.861	48.369
Aumento de capital conf. AGOE 28/04/2023	16	33.861	-	(33.861)	-
Prejuízo do exercício		-	(16.161)	-	(16.161)
Recursos destinados para futuro aumento de capital	12	-	-	82.475	82.475
Saldos em 31 de dezembro de 2023		51.861	(19.653)	82.475	114.683
Aumento de capital conf. AGOE 26/04/2024	16	82.475	-	(82.475)	-
Prejuízo do exercício	12	-	(1.610)	-	(1.610)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		134.336	(21.263)	-	113.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Geração do valor adicionado:			
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17	17.895	14.595
Receitas referente construção de ativos próprios		-	-
		17.895	14.595
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	18	(2.810)	(3.023)
Materiais, Serviços de terceiros	18	(1.110)	(958)
Outras despesas operacionais	18	(252)	(299)
Valor adicionado bruto		(4.172)	(4.280)
Valor adicionado líquido produzido		13.723	10.315
Retenções			
Depreciação, amortização e Exaustão	18	(6.546)	(8.279)
		7.177	2.036
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	1.949	953
		1.949	953
Valor adicionado a distribuir		9.126	2.989
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		150	-
Benefícios		21	
FGTS		7	
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		2.856	3.939
Tributos		2.714	3.760
Obrigações Intra-setoriais		142	179
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	19	7.565	15.211
Aluguéis		137	
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício		(1.610)	(16.161)
		9.126	2.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	20	(1.610)	(16.161)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	13	949	-
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais		6.128	(264)
Marcação a Mercado da dívida	19	41	135
Marcação a Mercado de derivativos	19	(41)	(135)
Depreciação e amortização	18	6.546	8.279
Instrumento Financeiros Derivativos	19	(886)	15.855
Redução (aumento) dos ativos			
Consumidores		(1.326)	33
Tributos a recuperar	6	(567)	(758)
Despesas antecipadas		(13)	(10)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	9	(386)	578
Obrigações estimadas		36	275
Tributos e contribuições sociais	11	(1.608)	178
Outros passivos	15	92	(1.221)
Caixa Líquido consumido nas atividades operacionais		7.355	6.784
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		68.647	(80.346)
Aplicações no imobilizado	7	-	(602)
Aplicações no intangível	8	(58)	-
Alienação de bens do imobilizado e intangível	7 e 8	1.522	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		70.111	(80.948)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos e debentures	10	-	328.274
Pagamento por arrendamento financeiro mercantil	14	(179)	(77)
Pagamento de empréstimos - principal	10	(70.317)	(308.960)
Pagamento de empréstimos - juros	10	(4.933)	(4.300)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(1.975)	(23.468)
Recursos destinados para futuro aumento de capital	12	-	82.475
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamentos		(77.404)	73.944
Variação líquida do caixa		62	(220)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4	95	315
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4	157	95
Variação líquida do caixa		62	(220)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1 Contexto operacional

A ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S/A (“Companhia” ou “Rio do Peixe II”), constituída em 10 de janeiro de 2019, sob o controle acionário da Energisa S/A (“ESA”), com sede em Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital fechado cujo objetivo social é o desenvolvimento e exploração do parque solar denominado Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II, localizado no município de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba, bem como a comercialização de energia proveniente do empreendimento. A entrada em operação ocorreu em 02 de setembro de 2022 com a capacidade instalada de 30MW.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 21.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.



As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 7 – Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos; e
- II. Nota explicativa nº 21 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo.

3 Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Políticas contábeis materiais

- a. **Caixa e equivalentes de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b. **Consumidores e revendedores:** inclui, principalmente, suprimentos – venda de energia elétrica reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras;
- c. **Ajuste a valor presente:** determinados créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, riscos, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações;
- d. **Tributos a recuperar:** referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;
- e. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante):** os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- f. **Imobilizado:** itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais



(componentes principais) de imobilizado.

Depreciação: itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

g. Arrendamento - direito de uso: compreende o direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16).

Os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2) (IFRS 16), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

O reconhecimento inicial e subsequente considera:

- *Direito de uso:* os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- *Passivo de arrendamento:* os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

h. Empréstimos e financiamentos: são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de *swap* são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC;

i. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago para as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.



O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- j. Receita operacional:** as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pelo suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE). Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração;

k. Instrumentos financeiros e operações de hedge

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração: são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa



contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente: para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado exercício e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.



Classificação e Mensuração

Instrumentos patrimoniais ao VJORA

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.



Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo e compreendem empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração: os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Mensuração subsequente: a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Classificação e Mensuração	
Valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.
Custo amortizado	Após o reconhecimento inicial, debentures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “*Swap*”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens e ativo imobilizado.



São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “*hedge*” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, busca operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia designa certos instrumentos de “*hedge*” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “*hedge*” de valor justo. No início da relação de “*hedge*”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “*hedge*” e o item objeto de “*hedge*” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “*hedge*” e de maneira continuada, documenta se o instrumento de “*hedge*” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “*hedge*”, atribuível ao risco sujeito a “*hedge*”. A nota explicativa nº 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “*hedge*”.

A documentação inclui a identificação do instrumento de “*hedge*”, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de “*hedge*” (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de “*hedge*” e como determinar o índice de “*hedge*”). Um relacionamento de “*hedge*” se qualifica para contabilidade de “*hedge*” se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “*hedge*”;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica;
- O índice de “*hedge*” da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de “*hedge*” que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de “*hedge*” são registrados conforme descrito abaixo:

Para os *hedges* de valor justo, a mudança no valor justo de um instrumento de “*hedge*” é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto



de “*hedge*” atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como despesas financeiras.

Para “*hedges*” de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do “*hedge*”, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de “*hedge*” for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas na nota explicativa nº 21, não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- I. Demonstração do valor adicionado:** preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG09/CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2024

Normas	Descrição
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com <i>covenants</i>
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and leaseback</i> ”
Resolução CVM nº 199/2024 e NBC TG09/CPC 09 (R1)	Demonstração do Valor Adicionado

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas Demonstrações Financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício conforme demonstrado abaixo:



Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2025
IFRS 18	Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1º de janeiro de 2027

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor.

A Companhia aplicará a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 de forma retrospectiva e atualmente está trabalhando para identificar os impactos sobre as demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	157	95
Total de caixa e equivalentes de caixa – circulante	157	95

4.2. Aplicações financeiras no mercado aberto

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2024 equivale a 99,3% (103,5% em 2023) do CDI.

	2024	2023
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Fundos de investimentos exclusivos ⁽¹⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	276	1.255
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	11	-
Compromissadas	2.669	-
Fundo Multimercado	661	-
Fundo de Renda Fixa	7.230	13.970
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	1.547	47.097
Letra Financeira (LF)	1.627	5.386
Nota de Crédito (NC)	35	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	511	13.566
Total de aplicações no mercado aberto – circulante	14.567	81.274

⁽¹⁾ **Fundos de investimentos exclusivos:** foram remunerados a 99,3% do CDI Fundo Energia Futuro e (103,5% em 2023) do CDI Fundo BTG Zona da Mata.

5. Consumidores e revendedores

	2024
Suprimentos - Venda de Energia ⁽¹⁾	1.326
Total – circulante	1.326

⁽¹⁾ O prazo médio de recebimento das vendas de energia é de até 30 dias.



6. Tributos a recuperar

	2024	2023
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ	6.407	5.931
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	1.636	1.636
Total	8.043	7.567
Circulante	2.010	2.044
Não Circulante	6.033	5.523

7. Imobilizado

A movimentação dos bens da Companhia está demonstrada abaixo:

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2023	Baixas	Depreciação	Saldos em 2024
Imobilizado em Serviço					
Custo					
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,51%	2.519	-	-	2.519
Máquinas e Equipamentos	3,98%	163.378	(1.522)	-	161.856
Total do imobilizado em serviço		165.897	(1.522)	-	164.375
Depreciação acumulada					
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(118)	-	(88)	(206)
Máquinas e Equipamentos		(8.671)	-	(6.356)	(15.027)
Total depreciação acumulada		(8.789)	-	(6.444)	(15.233)
Subtotal Imobilizado		157.108	(1.522)	(6.444)	149.142
Imobilizado em curso		214	-	-	214
Total do imobilizado		157.322	(1.522)	(6.444)	149.356

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2022	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2023
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,51%	-	-	2.519	-	2.519
Máquinas e Equipamentos	3,98%	165.391	-	(2.013)	-	163.378
Total do imobilizado em serviço		165.391	-	506	-	165.897
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		-	-	-	(118)	(118)
Máquinas e Equipamentos		(587)	-	-	(8.084)	(8.671)
Total depreciação acumulada		(587)	-	-	(8.202)	(8.789)
Subtotal Imobilizado		164.804	-	506	(8.202)	157.108
Imobilizado em curso		215	505	(506)	-	214
Total do imobilizado		165.019	505	-	(8.202)	157.322



8. Direito de uso

Refere-se ao direito de uso de terrenos originados pela aplicação da norma contábil CPC 06 (R2), e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adição	Amortização	Saldos em 2024
Direito de uso - Terrenos					
Custo	4,70%	2.113	58	-	2.171
Amortização Acumulada		(197)	-	(102)	(299)
Total		1.916	58	(102)	1.872

	Taxa média de amortização	Saldos em 2022	Amortização	Saldos em 2023
Direito de uso - Terrenos				
Custo	3,64%	2.113	-	2.113
Amortização Acumulada		(120)	(77)	(197)
Total		1.993	(77)	1.916

9. Fornecedores

	2024	2023
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	28	-
Materiais	19	-
Contratação de serviços ⁽¹⁾	1.751	2.184
Total - circulante	1.798	2.184

⁽¹⁾ Referem-se à contratação de serviços para desenvolvimento do projeto do parque solar.

10. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2023	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2024
Mensurados ao custo amortizado						
Moeda Nacional						
IPCA	55.112	(2.377)	(3.639)	6.315	-	55.411
(-) Custo com captação	(273)	-	-	22	-	(251)
Total ao custo amortizado	54.839	(2.377)	(3.639)	6.337	-	55.160
Mensurados ao valor justo						
Moeda Estrangeira						
Dólar	67.718	(67.940)	(1.294)	1.516	-	-
Marcação a mercado	(41)	-	-	-	41	-
Total ao valor justo	67.677	(67.940)	(1.294)	1.516	41	-
Total	122.516	(70.317)	(4.933)	7.853	41	55.160
Circulante	70.044					2.552
Não circulante	52.472					52.608



	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensurados ao custo amortizado								
Moeda nacional								
IPCA	-	55.000	-	-	112	-	-	55.112
(-) Custo com captação	-	-	-	-	2	(275)	-	(273)
Total ao custo amortizado	-	55.000	-	-	114	(275)	-	54.839
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	109.259	273.549	(308.960)	(4.300)	(1.830)	-	-	67.718
Marcação a mercado	(176)	-	-	-	-	-	135	(41)
Total ao valor justo	109.083	273.549	(308.960)	(4.300)	(1.830)	-	135	67.677
Total	109.083	328.549	(308.960)	(4.300)	(1.716)	(275)	135	122.516
Circulante	109.083							70.044
Não circulante	-							52.472

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Operação	Total		Encargos Financeiros (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do Principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽²⁾	Taxa efetiva de Swap (% a.a.)	Garantias ⁽³⁾
	2024	2023							
BNDES - 23.9.0040-1 SUBCREDITO A	55.411	55.112	IPCA + 1,50% + 5,31%	-	set/47	Mensal a partir de jan/24	11,64%	-	F
(-) Custo com captação	(251)	(273)							
Total em Moeda Nacional	55.160	54.839							
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 27102023	-	67.718	USD + 6,40%	CDI + 1,28%	jan/24	Final	34,30%	12,16%	A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽¹⁾	-	(41)							
Total em Moeda Estrangeira	-	67.677							
Total	55.160	122.516							

⁽¹⁾ As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option*, vide na nota explicativa nº 21;

⁽²⁾ As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 2024. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do *hedge* cambial, demonstrados na nota explicativa nº 21;

⁽³⁾ A = Aval Energisa S/A e F = Fiança.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2024	2023
US\$ x R\$	27,90%	(7,21%)
IPCA	4,83%	4,62%



Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2024
2026	2.419
2027	2.419
2028	2.419
2029	2.419
Após 2029	42.932
Total	52.608

11. Impostos e contribuições sociais

	2024	2023
Contribuições ao PIS e à COFINS	142	141
Imposto Sobre Serviços – ISS	60	64
Encargos Sociais	6	1.595
Impostos e contribuições retidos	76	93
Outros	52	51
Total - circulante	336	1.944

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, que detém 100% do capital total.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesas)	Venda/compra de energia	Compartilhamento ⁽⁴⁾	Saldo a pagar (receber)	Adiantamento para futuro aumento de capital
Energisa S/A ⁽¹⁾	-	-	(102)	(9)	-
Energisa Soluções S/A ⁽³⁾	(591)	-	-	-	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda ^(1 e 2)	(39)	17.752	(4)	1.325	-
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	-	(2.380)	(43)	(4)	-
Energisa Geração Usina Maurício S/A ⁽¹⁾	-	(23)	-	-	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I ⁽¹⁾	-	(4)	-	-	-
Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A	-	-	(1)	-	-
Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A	-	-	(1)	-	-
Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A	-	-	(11)	(1)	-
Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A	-	-	(16)	(1)	-
Energisa Sul Sudeste – Distribuição de Energia S/A	-	-	(2)	-	-
Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A	-	-	(1)	-	-
Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A	-	-	(2)	-	-
Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A	-	-	(22)	(2)	-
2024	(630)	15.345	(205)	1.308	-
2023	(402)	11.985	-	(122)	(82.475)

⁽¹⁾ Refere-se ao volume de energia adquirido e cedido para revenda;

⁽²⁾ Serviços de representação perante a CCEE;

⁽³⁾ Refere-se aos custos do contrato de prestação de serviços de apoio nos licenciamentos para implantação do empreendimento;



(4) **Contrato de compartilhamento:** em 29 de março de 2022 foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, de 25 de março de 2022. Em 05 de janeiro de 2024 foi realizado um aditivo contratual incluindo novas empresas.

13. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre a Renda	21	726
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	8	261
Total - ativo não circulante	29	987
Passivo		
Imposto sobre a Renda	(63)	(70)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(23)	(25)
Total - passivo não circulante	(86)	(95)
Total líquido - ativo (passivo) não circulante	(57)	892

As diferenças temporárias são como segue:

	2024		2023	
	Base de cálculo	IRPJ+ CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Marcação a Mercado - derivativo	-	-	2.902	987
Marcação a Mercado - dívida	-	-	(41)	(14)
Outras exclusões temporárias	(167)	(57)	(237)	(81)
Total - ativo (passivo) não circulante	(167)	(57)	2.624	892

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2025	1
2026	1
2027	2
2028	2
2029	3
2030 a 2032	11
Após 2032	9
Total	29

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	2024	2023
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(661)	(13.795)
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	225	4.690
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa etc.)	(24)	(23)
Créditos tributários constituídos (não constituídos) no exercício ⁽¹⁾	(1.150)	(7.033)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(949)	(2.366)
Alíquota efetiva	143,57%	17,15%



(2) Os créditos fiscais são apurados sobre prejuízo fiscal, base negativava de contribuição social e de diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos fiscais, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, são refletidos de acordo com a legislação fiscal.

14. Passivo de arrendamento

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente a terrenos para a instalação de usinas fotovoltaicas próprias. A movimentação no exercício é demonstrada abaixo:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva (% a.a.)	Saldos em 2023	Amortização	Juros	Saldos em 2024
Passivo de arrendamento - Terrenos	20	6,40%	2.011	(179)	124	1.956
Total			2.011	(179)	124	1.956
Circulante			44			166
Não circulante			1.967			1.790

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva (% a.a.)	Saldos em 2023	Amortização	Juros	Saldos em 2024
Passivo de arrendamento - Terrenos	20	6,40%	2.051	(77)	37	2.011
Total			2.051	(77)	37	2.011
Circulante			120			44
Não circulante			1.931			1.967

Em 31 de dezembro de 2024, os valores de passivo de arrendamento, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2024
2026	44
2027	44
2028	44
2029	44
2030	44
Após 2030	1.570
Total	1.790

15. Outros Passivos

	2024	2023
Prêmio de seguros	115	51
Outros benefícios a empregados	25	15
Taxa de fiscalização ANEEL - contribuição mensal	12	15
Outras contas a pagar	21	-
Total - circulante	173	81



16. Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social é de R\$134.336 (R\$51.861 em 2023), representando 134.336.000 (51.861.000 em 2023) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$82.475, mediante a emissão de 82.475.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Energisa S.A., mediante capitalização do valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2023.

17. Receita Operacional Líquida

	2024	2023
Suprimento de Energia	17.895	14.595
Total - receita operacional bruta	17.895	14.595
Deduções da receita operacional		
PIS	(295)	(241)
COFINS	(1.360)	(1.109)
Taxa de Fiscalização	(142)	(179)
Total - dedução da receita operacional	(1.797)	(1.529)
Total - receita operacional líquida	16.098	13.066

18. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza dos gastos	Custo do serviço		Despesas Operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Administrativas	2024	2023
Venda de Energia a Consumidores Livres	430	-	-	430	644
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	2.380	-	-	2.380	2.379
Pessoal e administradores	-	58	146	204	-
Material	-	-	64	64	3
Serviços de terceiros	-	153	888	1.041	955
Depreciação e amortização	-	6.444	102	6.546	8.279
Outros	-	8	379	387	299
Total	2.810	6.663	1.579	11.052	12.559



19. Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.940	928
(-) Tributos sobre receitas financeiras	-	(44)
Juros Selic s/ impostos a recuperar	(91)	23
Outras	9	2
Total das receitas financeiras	1.858	909
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas – juros	(4.111)	(4.871)
Encargos de dívidas – variação monetária e cambial	(3.742)	6.587
Marcação a mercado da dívida	(41)	(135)
Marcação a mercado dos derivativos	41	135
Instrumentos financeiros derivativos	886	(15.855)
Ajuste a Valor Presente – AVP	12	(37)
Despesas bancárias	(584)	(1.024)
Outras	(26)	(11)
Total das despesas financeiras	(7.565)	(15.211)
Despesas financeiras líquidas	(5.707)	(14.302)

20. Prejuízo por ação

	2024	2023
(Prejuízo) líquido do exercício:	(1.610)	(16.161)
Média ponderada das ações	106.844	43.396
(Prejuízo) líquido básico por ação – R\$⁽¹⁾	(0,02)	(0,37)

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

21.1 Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da natureza dos instrumentos financeiros da Companhia: depósitos bancários, avaliados ao valor justo por meio do resultado, com instituição financeira de grande porte e contas a pagar com partes relacionadas (notas explicativas nº 4 e 12). A Companhia entende não estar exposta a riscos vinculados a instrumentos financeiros tais como: juros, crédito ou liquidez.



Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Ativo	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		157	157	95	95
Consumidores e revendedores		1.326	1.326	-	-
Aplicações financeiras no mercado aberto		14.567	14.567	81.274	81.274
		16.050	16.050	81.369	81.369

Passivo	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado					
Fornecedores		1.798	1.798	2.184	2.184
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	2	55.160	55.160	122.516	122.516
Passivo de arrendamento		1.956	1.956	2.011	2.011
		58.914	58.914	126.711	126.711
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	2.902	2.902

21.2 Categoria dos instrumentos financeiros

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no exercício para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2024, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício findo em 2024, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$41 devedor (R\$135 em 2023) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado financeiro.

A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

21.3 Gerenciamento dos riscos

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”



(revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício são:

	2024	2023
Dívida ⁽¹⁾	55.160	122.516
Caixa e equivalentes de caixa	(157)	(95)
Dívida líquida	55.003	122.421
Patrimônio líquido	113.073	114.683
Índice de endividamento líquido	0,49	1,06

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e encargos de dívida, conforme detalhado na nota explicativa nº 10.

b) Risco de Liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até o vencimento contratuais originais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.798	-	-	-	-	1.798
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13,10%	3.046	3.073	12.508	12.779	103.281	134.687
Total		4.844	3.073	12.508	12.779	103.281	136.485

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.



c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com aumento de 27,91% sobre 31 de dezembro de 2023, cotado a R\$6,1923/USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2024 era de 14,51%, enquanto 2023 foi de 9,87%.

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como *fair value hedge*, vigentes em 31 de dezembro de 2023:

Fair Value Option	Valor de referência	Descrição	Valor justo
	2023		2023
Dívida designada para <i>Fair Value Option</i>	69.076	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(67.649)
		Posição Ativa	
		Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	67.649
Swap Cambial (Derivativo)	69.076	Posição Passiva	
		Taxa de Juros CDI	(70.551)
		Posição Líquida Swap	(2.902)
		Posição Líquida Dívida + Swap	(70.551)

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central.

21.4 Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2024 seja mantido, e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:



Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	157	Alta CDI	24	30	36
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(55.411)	Alta IPCA	(2.676)	(3.345)	(4.014)
Subtotal ⁽¹⁾	(55.411)		(2.676)	(3.345)	(4.014)
Total (Perdas)	(55.254)		(2.652)	(3.315)	(3.978)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2025 (15,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2024, IPCA = 4,83% ao ano.

22.Meio ambiente ^(*)

Na implantação e operação dos ativos de geração da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

- 1. Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna:** tem o objetivo principal monitorar as espécies da fauna terrestre, e assim, avaliar a influência dos impactos possivelmente gerados pela implantação do empreendimento, fornecendo subsídios para proposição de medidas mitigadoras e de manejo, a médio e longo prazo, caso seja necessário;
- 2. Monitoramento e Manejo da Flora:** a flora é contemplada em programas de monitoramento e manejo, tais como resgate de germoplasma (sementes), cujo objetivo é a proposição de medidas eficazes de conservação dos recursos biológicos e genéticos vegetais na área diretamente afetada pelo empreendimento, visando mitigar e compensar o impacto relacionado à perda de cobertura vegetal nativa; e programa de reposição florestal, cujo objetivo é realizar a compensação ambiental pela vegetação suprimida em decorrência da implantação do empreendimento, monitorando o sucesso das brotas, como forma de aferir a efetividade das ações implementadas, corrigindo-as sempre que necessário;
- 3. Controle e Monitoramento de Ruídos:** o objetivo deste programa é monitorar o nível de ruído ambiente nas áreas vizinhas ao empreendimento, tornando possível aferir a relevância do impacto acústico nos receptores próximos e propor medidas preventivas e de controle sobre as fontes de perturbação sonora. Uma das metas desse programa é a manutenção dos níveis de ruído ambiente nas imediações da operação que garantam a manutenção da qualidade acústica recomendada pela norma ABNT NBR 10151:2000 para o ambiente de inserção do empreendimento;
- 4. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos:** programa visa estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento de processos erosivos que possam ocorrer durante a instalação e operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos;
- 5. Gestão de Resíduos Sólidos:** programas elaborados no âmbito do licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras, cujo objetivos são reduzir a geração de resíduos na fonte



primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento;

6. Comunicação Social: programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

Aspectos ambientais: a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao licenciamento ambiental. A licença expedida para a Companhia é como segue:

Empresa	Licença de operação nº	Data Emissão	Vencimento
UFV Rio do Peixe II	0495/2025	10/02/2025	10/02/2027

No exercício findo de 31 de dezembro de 2024, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$76 (R\$99 em 2023) contabilizados em despesas operacionais.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

23. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2024 e 2023, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2024	2023
Atividades Operacionais		
Fornecedores a prazo	162	-
Arrendamento mercantil - IFRS 16	58	-
Atividades de investimentos		
Arrendamento - IFRS 16	162	-
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	82.475	33.861



Diretoria

Gabriel Mussi Moraes

Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Administrativo

Gioreli de Sousa Filho

Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima

Contador

CRC/RJ nº 107.310/O-0

Energisa Geração Central Solar Rio Peixe Solar II

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Energisa Geração Central Solar Rio Peixe Solar II

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Geração Central Solar Rio Peixe Solar II (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Geração Central Solar Rio Peixe Solar II em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards” emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de “IFRS Accounting Standards”, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4